

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais concernentes a sua qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição, de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA e de órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores – Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.

c. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.

d. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.

A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível – Programas de Computador (Softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

h. Arrecadação de Multas

Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2009, o lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, transformou-se em um prejuízo fiscal, não sendo necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

04 Aplicações Financeiras

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Livres	21.352	45.812
Vinculadas a Convênios	25.330	14.407
	<u>46.682</u>	<u>60.219</u>

05 Parcelamentos a Receber

	Ci		Realizável a Longo Prazo	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Multas Fontes Móveis	9.677	9.010	289	235
Multas Fontes Estacionárias	4.345	5.490	2.567	2.637
Licenças Instalação/Func.	105	20	0	0
Assistência Médica	68	65	205	222
Outros	47	27	0	0
Prov.Créd.Liquidação Duvid.	-9.617	-5.488	0	0
Ajuste a Valor Presente	<u>261</u>	<u>-1.825</u>		

<u>4.886</u>	<u>7.299</u>	<u>3.061</u>	<u>3.094</u>
--------------	--------------	--------------	--------------

06 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2009		2008	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	14.849	0	14.849	14.849
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	41.864	11.861	30.003	30.447
Rede Telemétrica	10	5.025	4.739	286	408
Máquinas e equipamentos	10	41.044	24.180	16.864	15.955
Móveis e utensílios	10	4.992	3.338	1.654	1.609
Veículos e embarcações	20 e 5	9.591	7.797	1.794	2.465
Microcomputadores e periféricos	20	8.743	5.807	2.936	2.669
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	0	0
Benfeitorias em propriedade terc.	20	3.926	1.673	2.253	2.328
Imobilizações em andamento		9.404	0	9.404	8.799
Outros	4	967	98	869	870
TOTAL		141.326	60.414	80.912	80.399

b. Movimentação do Custo

	2008	2009		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Terrenos	14.849	0	0	14.849

Edifícios e instalações	40.737	1.127	0	41.864
Rede Telemétrica	5.310	0	285	5.025
Máquinas e equipamentos	38.539	3.723	1.218	41.044
Móveis e utensílios	4.908	387	303	4.992
Veículos e embarcações	9.007	585	1	9.591
Microcomputadores e periféricos	8.627	1.264	1.148	8.743
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	0	0	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.866	60	0	3.926
Imobilizações em andamento	8.799	4.083	3.478	9.404
Outros	967	0	0	967
TOTAL	136.530	11.229	6.433	141.326

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2009 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2008).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2009		2008
		Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	2.977	2.486	491
Total		2.977	2.486	491

b. Movimentação do Custo

	2008	2009		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Software	2.761	216	0	2.977
Total	2.761	216	0	2.977

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Exigível a Longo Prazo			
	2009	2008	2009	2008
Impostos e Contribuições	9.844	9.376	0	0
Impostos Res.Reavaliação	75	75	2.224	2.299
Parcelamento – INSS/FNDE	1.740	1.674	3.353	4.964
	<u>11.659</u>	<u>11.125</u>	<u>5.577</u>	<u>7.263</u>

09 Valores a Receber – Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais de fontes estacionárias no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para Contingências	
	2009	2008
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	14.999	24.276
Reclamações Cíveis	2.923	2.658
Total	<u>17.922</u>	<u>26.934</u>

b) A movimentação da provisão no exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2008	26.934
Adições	1.281
Baixas	<u>-10.293</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>17.922</u>

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível – possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.
- Contingências Trabalhistas – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2009	2008
Cíveis	4.752	4.563
Trabalhistas	14.700	30.392
	<u>19.452</u>	<u>34.955</u>

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) – Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão.

Estando o Processo em fase de execução.

	Exigível a Longo Prazo			
	2009	2008	2009	2008
SINTIUS	30.818	27.243	14.010	22.153
(-) pagamentos efetuados	<u>-20.773</u>	<u>-4.568</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Saldo	<u>10.045</u>	<u>22.675</u>	<u>14.010</u>	<u>22.153</u>

12 Patrimônio Líquido

- a. O capital social está representado por 4.494.291.418 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.
- c. A Companhia contabilizou como Adiantamento para Aumento de Capital e contrapartida em Outras Contas a Receber, o valor de R\$ 2.000 mil destinados a realização de investimentos, conforme Lei nº 13.289 de 22/12/08. Os recursos financeiros serão repassados pelo Tesouro do Estado, à medida que forem executados os projetos ambientais estratégicos do governo.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.